

O PROCESSO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Fernando Nogueira Dias

COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Prosseguindo o pensamento expresso por Peter Berger e Thomas Luckmann, na obra de Dias¹, para que seja possível dar lugar ao conhecimento objectivado e a ordem da realidade tenha sentido, os indivíduos recebem-nos através da linguagem quotidiana².

Com estas afirmações pretende-se salientar a ideia de que não está em causa o conhecimento que constitui a particularidade de cada indivíduo, mas o conhecimento que é património colectivo. A objectivação do conhecimento é a faculdade de tornar socialmente reconhecível uma ideia ou um conjunto complexo de ideias, por forma a que se tenha um entendimento generalizado do mesmo. Se assim não for a ordem da realidade não terá um sentido colectivo, ficando esta à mercê da exclusiva subjectividade de cada um, o que tornaria a vida em grupo impossível.

O conhecimento é transmitido e partilhado socialmente pela linguagem do quotidiano. Ora, sabemos claramente que a linguagem é a expressão, a materialização, de uma língua, conforme nos ensinam os linguistas. Ao concretizar-se na expressão, a linguagem não acontece por processos aleatórios. Ou seja, o falante tem uma certa margem de liberdade para exercitar a linguagem, mas fá-lo dentro das regras e dos códigos sociais que a estrutura da língua comporta em si. É por isso que alguns linguistas e semiólogos nos dizem que a língua, comparativamente com a linguagem, é «fascista». É-o no sentido de que, contra a vontade do sujeito falante, a língua impõe que se cumpram determinados requisitos.

Sendo assim, o conhecimento é memorizado e transmitido graças à linguagem e à língua. O conhecimento está plasmado nestas duas componentes. Ao expressar-se pela linguagem, o falante expressa-se e transmite simultaneamente

¹ Fernando Nogueira Dias (2001a: 81 e seg.), *Droga e Toxicodependência na Imprensa Escrita, Discurso e Percurso*, Lisboa, Instituto Piaget.

² Na linha deste pensamento, Paul Watzlawick (1991:18), *A Realidade é Real?*, Lisboa, Relógio d'Água, precisa deste modo: «A língua é utilizada não só para transmitir informações, mas também para expressar a perspectiva do mundo».

conhecimento, mesmo que o não quisesse fazer. Apetece dizer que, sempre que pensamos, pensamos com as palavras.

A ideia de não dissociar comunicação e conhecimento tem sido abordada por diferentes autores, das formações mais variadas. Por exemplo, o sociólogo alemão Norbert Elias³ defende que o conhecimento está intrinsecamente relacionado com a linguagem e esta com o conhecimento e o pensamento. Para o autor, não há possibilidade de existir conhecimento sem materialização na linguagem. Ou seja, o ser humano não consegue comunicar sem conhecimento e este não lhe é acessível sem o uso concreto de uma língua.

Também a linguista Julia Kristeva⁴ assume a mesma posição de não ser possível haver um pensamento extralinguístico. Para si, não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação. A autora quer com isto significar que as produções linguísticas ocorrem nas trocas sociais e estas efectuam-se mediante processos de comunicação.

Para o filósofo Pierre Lévy⁵, o processo de conhecimento implica classificar, ordenar, orientar, construir configurações estáveis e periodicidades. É por esta razão que, para o autor, estrutura social e actividade cognitiva se influenciam uma à outra. Por sua vez, será através da cultura que a sociedade fornece aos indivíduos o equipamento cognitivo, como seja, idiomas, sistemas de classificação, conceitos, analogias, metáforas, imagens e estereótipos⁶.

Estes aspectos do conhecimento são de tal forma importantes que têm repercussões práticas no modo como nos relacionamos com os outros. As interacções humanas quando entram no campo da padronização determinam que a forma como apreendemos os outros seja feita de acordo com as tipificações previamente definidas pela sociedade⁷. Contudo, à medida que aumenta o afastamento das relações face-a-face, também as tipificações se tornam mais abstractas.

³ Norbert Elias (1994: 133), *Teoria Simbólica*, Oeiras, Celta Editora.

⁴ Julia Kristeva (s/d), *História da Linguagem*, Lisboa, Edições 70.

⁵ Pierre Lévy (1994: 182), *As Tecnologias da Inteligência*, Lisboa, Instituto Piaget.

⁶ Ainda segundo este autor, a linguagem espelha um conjunto vasto de factores, mesmo da ordem do inconsciente. A linguagem é vista como dimensão social e transpessoal da cognição. Neste sentido, o pensamento e o conhecimento são fruto de processos sociais.

⁷ Naturalmente que as tipificações não são estáticas; elas são resultado da interinfluência de emissor e receptor, num determinado sistema interaccional.

Ora, de acordo com Peter Berger e Thomas Luckmann⁸, é exactamente a abstracção que permite aos indivíduos debruçarem-se sobre uma diversidade de assuntos, mesmo que estes não digam directamente respeito ao «aqui e agora» das relações face-a-face.

A linguagem permite as tipificações do conhecimento, como também que os significados e as experiências se preservem e sejam transmitidos às diferentes gerações, e é graças a este tipo de padrões que os indivíduos se compreendem. Por outras palavras, a linguagem permite-nos a objectivação do conhecimento.

A linguagem possibilita igualmente aos indivíduos objectivar as suas experiências. Ao tipificar as experiências, a linguagem agrupa-as em categorias mais amplas e, à medida que estas se vão tornando mais abstractas, também os indivíduos têm a possibilidade de nelas enquadrar as suas vivências.

Por outro lado, ainda, a linguagem leva a que o conhecimento, apreendido no decorrer do processo de socialização, sirva de mediação entre ele e as estruturas objectivadas do mundo social que o cerca. Como se diria em informática, a linguagem é o «link» que nos põe em contacto com o «site» da vida social.

A linguagem está, assim, associada à ideia de rotulação e de classificação relativamente ao que é conhecido, assim o considera o antropólogo americano Gregory Bateson⁹: «...em todo o pensamento, percepção ou comunicação acerca da percepção, há uma transformação, um código entre a descrição e a coisa descrita, a coisa em si mesma... a relação entre a descrição e a coisa descrita tende a adquirir a natureza duma 'classificação', dum compromisso da coisa a uma classe. Dar um nome significa sempre classificar...».

Do que até agora se disse, é possível depreender que sendo a linguagem objectivada e «normalizada», tanto as experiências dos indivíduos como o conhecimento que têm da realidade social a ela se conformam. Ou seja: estruturar a linguagem implica estruturar a experiência humana e o conhecimento que se pode ter do mundo que nos rodeia.

⁸ Peter Berger e Thomas Luckmann (1973), *A Construção Social da Realidade*, Rio de Janeiro Editora Vozes.

⁹ Gregory Bateson (1987:35), *Natureza e Espírito*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

As tipificações do conhecimento que Peter Berger nos propõe assemelham-se às categorizações das «representações sociais» na psicologia social, sendo que a perspectiva que adoptamos não encara o indivíduo como mero processador passivo de informação. Pelo contrário, o ser humano, por muitos condicionalismos que possa ter de enfrentar é sempre um «criador» de realidades informativas e simbólicas no mundo social em que se move.

Apesar da criatividade humana no processamento de informação, o processo de conhecimento implica uma sedimentação, e é graças à sedimentação de determinadas experiências que os indivíduos dão sentido a si próprios e ao mundo. Só que, esta sedimentação é feita, como já vimos, de acordo com as regras socialmente estabelecidas, que se encontram alojadas na linguagem e na língua.

Quando o conhecimento sedimentado se objectivou num sistema de sinais que permite a repetição de experiências partilhadas, estamos perante uma sedimentação de natureza social. Quando assim acontece, torna-se possível passar a objectivação de um para outro grupo ou de uma para outra geração de indivíduos. Esta é a vantagem da objectivação do conhecimento, embora se corra sempre o risco de a objectivação se «empedernir» e deixar que o conhecimento fique afastado da realidade objectiva.

Refere-nos o sociólogo espanhol Enric Saperas¹⁰, fazendo recurso ao pensamento do filósofo Alfred Schutz, que as tipificações do conhecimento são fundamentais para a compreensão das práticas institucionais, sendo graças às tipificações que os indivíduos podem transcender a particularidade das suas acções e atingir o significado comum das mesmas.

Por seu lado, o processo de objectivação é visto como resultado da institucionalização, e esta deve-se a tipificações resultantes, por sua vez, das acções e rotinas dos actores sociais. Onde nos podem conduzir estas ideias? À importância que têm as instituições e a comunicação social na difusão de informação, e ao consequente impacto que estes processos podem ter na mente e na vida dos indivíduos.

¹⁰ Enrique Saperas (1993: 147-148), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massa*, Porto, Edições ASA.

Quer dizer, os indivíduos não têm necessidade constante de partir do zero para interpretar e compreender a realidade. Há como que um trabalho já feito pelas instituições e pelos especialistas, que garantem uma certa estabilidade nos sistemas de conhecimento, de modo a garantir uma certa previsibilidade nos processos sociais e nos comportamentos dos indivíduos.

É este isomorfismo enraizado nos processos e nos sistemas sociais, culturais, comunicacionais e de conhecimento que permite que os homens se articulem uns com os outros, que se entendam uns aos outros, e possam viver em sociedade, mesmo com as diferenças que caracterizam cada um deles. Sem isso, os homens viveriam numa eterna «babel».

Apesar da dinâmica da criatividade que os indivíduos e as audiências podem revelar na criação de realidades informativas e simbólicas, como também na percepção e descodificação da informação, ao processo de conhecimento coloca-se sempre a possibilidade de reificação da objectividade.

Ou seja, independentemente das competências individuais, inatas ou adquiridas, há nos grupos e nos sistemas sociais em geral a possibilidade latente de, por quaisquer razões, transformar o conhecimento, enquanto, meio num fim em si mesmo, «rigidificado», de tal forma que já pouco isomorfismo existe relativamente à realidade.

Como a objectividade do mundo social é exterior aos indivíduos, e sendo a reificação o grau extremo do processo de objectivação, esta acaba por perder a inteligibilidade. Outras vezes, as tipificações são muitas vezes aceites pelos actores sociais sem qualquer formação de juízos¹¹. Quando assim acontece, vive-se uma espécie de «esquizofrenia».

Corre-se, assim, o risco de fazermos uma ideia sobre a realidade que nos cerca com base em quadros de conhecimento que não correspondem a essa mesma realidade. O conhecimento reificado corresponde a algo que não é exactamente aquilo que temos por referência. Mais uma vez, podemos constatar a importância que têm os processos comunicacionais nos processos de conhecimento. É através da

¹¹ É nesta sequência que o filósofo Paul Watzlawick (1991: 7), *A Realidade É Real?*, Lisboa, Relógio d'Água, chama a atenção para o facto de as ideias que temos sobre a realidade serem ilusões, pois, no decurso da vida, os indivíduos tentam encaixar os factos na sua própria definição da realidade.

comunicação, que pode pôr em causa os próprios sistemas de conhecimento, que estes têm a possibilidade de se depurarem, regeneram e fortalecerem – o que é o inverso da reificação e do conhecimento alienado.

Baseando-se novamente em Alfred Schutz, afirma Peter Berger e Thomas Luckmann¹² que a realidade social só existe porque a comunicação permite que entre os indivíduos se estabeleçam interações. Mas, como já víamos, a realidade social impõe-se, por sua vez, aos indivíduos como realidade já construída, graças à linguagem. Temos assim uma circularidade entre comunicação e conhecimento que não pode de modo algum ser ignorada.

O PAPEL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Aplicando nós esta perspectiva aos meios de comunicação social, podemos afirmar que a realidade social pode ser vista como produção de sentido, resultante da acção das práticas produtivas e das rotinas que estruturam a profissão jornalística, bem como dos procedimentos e das regras explícitas ou implícitas de funcionamento dos órgãos de comunicação social¹³.

Por conseguinte, uma vez que a prática jornalística assenta em processos de descodificação e codificação da realidade, que obedecem a práticas e a rotinas próprias da profissão, conduz a que a percepção dos seus leitores seja, de certa forma, direccionada. Por outro lado, como o discurso jornalístico opera pelo mecanismo da descontextualização e da recontextualização, as práticas jornalísticas acabam por legitimar as rotinas de produção do conhecimento sobre a realidade social¹⁴.

Como vimos, os meios de comunicação social têm nas sociedades modernas um lugar e um papel imprescindíveis na construção e na ordenação do

¹² Peter Berger e Thomas Luckmann (1973: 39), *A Construção Social da Realidade*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.

¹³ É neste sentido que Grossi, citado por Saperas (1993: 140-150), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massa*, Porto, Edições ASA, considera o jornalismo uma actividade especializada na construção social da realidade, a qual é realizada mediante processos de institucionalização, de objectivação, de tipificação e de auto-legitimação. A comunicação social assume assim um papel de enorme importância na construção social da realidade e na objectivação do conhecimento.

¹⁴ Nesta sequência, e de acordo com Saperas (1993: 152), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massa*, Porto, Edições ASA, a função dos meios de comunicação social pode ser vista por uma perspectiva eminentemente cognitiva, uma vez que intervêm no processo de construção da realidade social e na ordenação dos sistemas de conhecimento, os quais, por sua vez, permitem interpretar os acontecimentos simbolicamente por eles representados.

conhecimento, o mesmo é dizer do universo simbólico. Ao universo simbólico o sociólogo francês Pierre Bourdieu¹⁵ atribui um poder: o «poder simbólico». Para este autor, o poder simbólico é um poder de construção da realidade e será a construção da realidade que estabelece a ordem gnoseológica. Por sua vez, é a gnoseologia que dá sentido imediato do mundo em geral e do social em particular.

O autor refere ainda que os símbolos funcionam como instrumentos privilegiados de conhecimento e de comunicação; é através deles que se gera o consenso relativo ao sentido do mundo social e será este consenso que contribuirá para a produção da ordem social. Por sua vez, a enunciação discursiva permite que o poder simbólico exerça a função de dar a conhecer e de transformar a visão do mundo. É um poder igualado a magia, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou económica¹⁶.

Assim, se a comunicação e a informação constroem a realidade social e o conhecimento em geral, e por consequência constituem um universo simbólico que ordena o mundo e a vida dos indivíduos, pode consequentemente considerar-se que o controlo da comunicação e da informação, e por consequência do conhecimento, corresponde a uma forma de controlo social.

A FUNÇÃO DOS SISTEMAS DE CONHECIMENTO

Os sistemas de conhecimento são neste contexto e nesta perspectiva o cerne de toda a questão. Se para o pensador francês Edgar Morin¹⁷ os sistemas de conhecimento são importantes, porque através deles a realidade é percebida, a verdade é que são também os sistemas de conhecimento que, quando fechados sobre si próprios, não permitem conhecer os factos.

Mais uma vez, a comunicação é indissociável dos sistemas de conhecimento. Como não é possível confirmar a cada momento a informação veiculada pelos meios de comunicação social, esta acaba por ser assimilada pelos indivíduos em função dos seus sistemas de conhecimento.

¹⁵ Pierre Bourdieu (1989: 9-11), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

¹⁶ A perspectiva de Bourdieu sobre o poder simbólico assemelha-se à teoria de do sociólogo canadiano Alvin Toffler sobre os três poderes: físico, económico e conhecimento, *in Os Novos Poderes*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1991.

¹⁷ Edgar Morin (1995: 28-36), *Introdução ao Pensamento Complexo*, Lisboa, Instituto Piaget.

Quer dizer, a aferição da informação é feita de acordo com os sistemas de conhecimento, os quais funcionam como padrões de referência. A tendência geral é para que a informação que reforça os sistemas de conhecimento seja aceite e a que os contraria seja rejeitada. É frequente, na leitura de um jornal, procurarmos ler a informação que está de acordo com os nossos quadros de valores e ignorarmos a que os contraria.

No entanto, também é verdade que se corre o risco de a percepção da realidade ficar exclusivamente dependente dos sistemas de conhecimento. E caso estes não correspondam à realidade, os indivíduos terão dela uma imagem insuficiente ou distorcida, como é o caso de indivíduos que vivem em sistemas fechados, como sejam determinadas organizações, comunidades, seitas religiosas, etc.

Desta forma, e à luz do que tem sido referido, o conhecimento não é um reflexo directo das coisas, é mediado por sistemas teóricos, os sistemas de conhecimento, que são organizados por factores intracognitivos e supracognitivos. Ora, tanto uns como outros dependem de cada indivíduo em si, de factores culturais e históricos e dos condicionamentos sociais, como fora já visto.

Desta interinfluência de factores, decorre que os sistemas de conhecimento para não se degradarem ou desactualizarem necessitam de se «refrescar» ou actualizar, para manterem a sua integridade e correspondência com a realidade. Acontece, porém, que neste processo de correspondência com a realidade, havendo um «congelamento» de informação, o tempo acaba por desviar a ideia que originalmente se tinha da realidade, e aí entra-se no campo da reificação, da estereotipia dos sistemas de conhecimento.

Este pensamento é corroborado pelo sociólogo português Adriano Duarte Rodrigues¹⁸, ao afirmar que a forma como percebemos a realidade está cada vez mais desfasada da experiência humana, e por isso temos cada vez mais a impressão de que o mundo muda mais rapidamente do que os nossos sistemas de conhecimento, devido à aceleração da informação produzida pelos meios de comunicação social.

¹⁸ Adriano Duarte Rodrigues (1994: 23), *Comunicação e Cultura, a Experiência Cultural na Era da Informação*, Lisboa, Editorial Presença.

No entanto, o autor chama a atenção para o facto de, apesar da realidade se ter tornado um produto elaborado em parte pelos *media*, cada indivíduo não deixa de interpretá-la no quadro da experiência da sua própria cultura. Quer dizer, o autor, se por um lado dá primazia aos sistemas de conhecimento, produto dos processos sociais, por outro, não esquece a experiência intrínseca de cada indivíduo no seio da sua própria cultura.

Por isso, tanto Edgar Morin como Adriano Rodrigues não optam pelo determinismo absoluto da comunicação social na construção social da realidade. Por um lado, é dado predomínio aos meios de comunicação social na transmissão de informação relevante, mas, por outro, é necessário salientar que a realidade é filtrada tanto pelas modalidades perceptivas individuais, como pelos sistemas de conhecimento, que lhes permitem interpretar a realidade de uma forma mais abrangente e socialmente partilhada.

Para concluir, podemos então dizer que os sistemas de conhecimento têm um papel fulcral na estruturação da realidade. Por um lado, a comunicação social «alimenta» os sistemas de conhecimento mas, por outro, são estes que, por sua vez, dão sentido e significado à informação dos meios de comunicação.